

O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UMA RELAÇÃO DIRETA COM A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Vicente José Barreto Guimarães¹
José Ronaldo das Chagas²
Rodolfo José Oliveira Lima³

Resumo

Esse artigo tem como objetivo estudar a origem e a natureza do Estado e sua relação direta no processo de reprodução do capital. Neste sentido, entendemos que o Estado moderno tem sua origem na sociedade burguesa, que cria o Estado como instrumento de regulação, controle e proteção da propriedade privada, em uma sociedade marcada por antagonismos de classes. Sendo assim as políticas públicas, dentre elas, as políticas educacionais, tem como função na sociedade capitalista, promover a internalização dos valores burgueses na consciência do trabalhador e colabora para expansão do capital. Entendo que a educação atua na influencia das consciências dos homens, ou seja, é um processo teleológico secundário, que como bem falou Lukács, pode também contribuir para dificultar o aparecimento da consciência crítica da classe trabalhadora. A metodologia deste trabalho é de cunho bibliográfico e está pautada em Marx, Engels, Lukács, Mészáros.

Palavras Chave: Capital, Estado, Educação

Resumen

Este artículo tiene como objetivo estudiar el origen y la naturaleza del Estado y su relación directa con el proceso de reproducción del capital. En este sentido, creemos que el Estado moderno tiene su origen en la sociedad burguesa, que establece el Estado como un instrumento de regulación, control y protección de la propiedad privada en una sociedad marcada por las contradicciones de clase. Por lo tanto, las políticas públicas, entre ellas, las políticas educativas, su función en la sociedad capitalista, promover la internalización de los valores burgueses en la conciencia de los trabajadores. Yo entiendo que la educación influye en los actos de las conciencias de los hombres, es decir, un proceso teleológico secundaria, así Lukacs dijo, también pueden contribuir a un obstáculo al desarrollo de la conciencia crítica de la clase obrera. La metodología del estudio es de naturaleza bibliográfica y esto Marx guiada, Engels, Lukács, Mészáros.

Palabras Clave: Capital, Estado, Educación.

¹ GP Educação, Marxismo e Ontologia – UFAL

² Bolsista de Iniciação a Docência PIBID – UNEAL

³ Bolsista de Iniciação a Docência PIBID – UNEAL

Introdução

Neste artigo desejamos discutir, sinteticamente, a gênese e a natureza do Estado moderno a partir da orientação marxiana. Neste sentido, o Estado é entendido a partir de uma necessidade histórica da sociedade de classes, que tem como foco central a proteção e expansão da reprodução do capital, preservando os interesses das classes dominantes. Partido desta perspectiva buscou demonstrar como o Estado moderno via suas ações nas políticas sociais e em especial as políticas educacionais atende as necessidades do sistema capitalista, operando de forma direta, através de uma ação corretiva dentro dos limites do capital. E com isto busca minimizar as contradições nos principais elementos do sistema do capital: produção e controle, produção e consumo, produção e circulação. A metodologia utilizada neste trabalho é de caráter bibliográfico, tendo como autores centrais: Marx, Engels, Lukács e Mészáros.

O Trabalho: Categoria do Ser social

O homem se constitui ser social, na relação dialética que ele estabelece com a natureza, com o objetivo de transformar essa natureza na produção dos meios materiais para sua existência. Essa relação inicial do homem com a natureza para produzir ferramentas e outros artefatos que não existiam antes na natureza, só é possível, pelo pôr teleológico, ou em outras palavras, pelo homem ter a possibilidade de desenvolver a consciência, que começa a ocorrer nestes momentos mais primitivos do desenvolvimento do ser social.

O pôr teleológico é o pôr a consciência, é a capacidade que o ser social tem de pensar em sua atividade antes mesmo dela existir no plano concreto. Neste sentido, constituímos a nossa diferença em relação aos outros animais presentes na natureza. O trabalho é caracterizado por ter uma finalidade. Finalidade essa, que permite ao homem o desenvolvimento dos meios para atingir a sua finalidade, para resolver suas necessidades.

O homem no processo de construção dos meios para atender a sua finalidade, se vê diante da possibilidade de alternativas, essas alternativas que se colocam em sua frente, o impele ao processo de escolha. O ato da escolha coloca o homem, diante da possibilidade de uma escolha acertada ou não. Estamos diante de um beco aparentemente sem saída. Por que aparentemente sem saída? Falamos no início deste artigo, que o trabalho humano tem como

grande diferença o pôr teleológico, ou o pôr a consciência, tal condição, permite ao homem pensar em sua ação ou em seu trabalho, antes de sua concretização na objetividade.

Portanto, esse processo de previa ideação, permite ao homem pensar nos objetos presentes na natureza em sua consciência. Tal condição só é possível, pela consciência que reflete a realidade no plano da subjetividade. Esse reflexo que o homem faz da realidade, permite com que esse homem conheça ainda mais a realidade, ou as propriedades do objeto que deseja utilizar para atender as suas finalidades.

Assim o ser social, pode escolhes a melhor pedra ou a melhor madeira, para constituir os meios que o levará atingir uma determinada finalidade. Realizada a escolha o homem produziu um objeto que antes não existia na natureza. Esse processo de escolha ao qual o homem se depara, o permiti a vivencia da liberdade. Da liberdade da escolha, que neste instante esta atrelada ao processo da produção, mas de uma produção que lhe permite em última instância a sua própria vida. Neste processo da constrição dos meios para atingi os fins, Lukács (2013) chama nossa atenção para o aparecimento do conhecimento científico, que estaria atrelado ao processo de construção dos meios, que seria, por exemplo, as ferramentas que os homens construíram para estabelecer a mediação dele com a natureza e com isso possa atingir os fins.

Pensar nos fins e nos meios que o homem construiu e constrói para atender as suas necessidades, nos permite pensar que um fim que gera um meio para atender a uma determinada necessidade, quando posto na objetividade, pode servir para outros nexos causais. Assim uma ideia quando posta objetivamente, criar algo que não existia antes na natureza, um objeto com um determinado valor e função, que só é possível existir, pelas mãos do ser social. Assim o homem transforma a natureza e é transformando por ela, permitindo com isso o surgimento de novas habilidades e conhecimentos ao homem.

Sobre essa questão Lukács (2013, p. 77) afirmou que “o processo real, do qual emergem tanto o pôr do fim quanto a descoberta e a aplicação dos meios, é que determina – delimitando-o concretamente – o campo das perguntas e respostas possíveis, das alternativas que podem ser realmente realizadas”.

Portanto, podemos afirma que o homem, é um ser de respostas. Essas respostas surgem através das necessidades que só podem ser realizadas pelo trabalho. Assim surgiu a linguagem e o pensamento conceitual pela necessidade do trabalho. O trabalho possibilita ao homem o salto ontológico que para Lukács seria um conjunto de mudanças qualitativas e estruturais do ser. Neste sentido o trabalho pode ser considerado um metabolismo entre o ser

humano (sociedade) e a natureza, estamos diante da passagem do homem meramente biológico para o homem social.

Assim podemos afirmar que apreender o ser social é em última instância apreender como o ser social produziu a vida na sua relação com a natureza. O que imprime a necessidade de entender o processo pelo qual se dar o ser social e sua vida na relação com a natureza, que é o trabalho.

Então para Lukács (2013) o trabalho é a síntese entre teleologia e causalidade, ou seja, o ser social transforma a pura causalidade em causalidade posta. O resultado final é a objetivação de um objeto que antes nunca existia na natureza.

Neste sentido, estamos nos referendo ao trabalho como a categoria que funda o ser social. O trabalho aqui é posto em sua forma originária a relação do homem com a natureza, transformando essa natureza em objetos úteis, que tinha um valor de uso, que servia para a subsistência do ser social.

Sobre essa questão Marx e Engels (2009) na ideologia alemã fez a seguinte assertiva

o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX & ENGELS, 2009, p.32 a 33).

Tal condição é fundamental para a produção da vida do ser social, e essa condição ou essa necessidade satisfeita, imediatamente se coloca outras necessidades e, portanto, a produção de sua satisfação pelo trabalho. Estamos diante da possibilidade dos complexos dos complexos.

Lukács (2013) sobre esse momento do trabalho declarou que

nesse sentido originário e mais restritivo, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância -, uma mediação para a produção de valores de uso (LUKÁCS, 2013, p.83).

Neste sentido, chegamos a um momento da história do ser social, onde vai ocorrer um afastamento das barreiras naturais, e o trabalho não tem não teria como função central a

transformação da natureza pelo homem, o que Lukács (2013) vai denominar de pôr teleológico primário, mas com o desenvolvimento da práxis social, o pôr teleológico neste momento tem como foco central a influência da consciência de um homem ou de um agrupamento de homens sobre outros homens. Esse pôr teleológico agora é definido como secundário. Sobre o pôr teleológico secundário Lukács (2013, p.84) afirmou que “desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano”.

Ainda sobre o pôr teleológico secundário Lukács (2013, p.84) declarou que “tais pores teleológicos secundários estão muito mais próximos da práxis social dos estágios mais evoluídos do que o próprio trabalho no sentido que aqui o entendemos”.

Lukács (2013) esta se referindo ao trabalho na condição de produção de valor de uso, na relação homem natureza na produção dos meios materiais de existência. Com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, inicialmente com o aparecimento da agricultura, a pose da terra e domesticações dos animais, o homem rompe com o modelo comunista primitivo, e essa ruptura, permite o aparecimento das diferenças entre os homens. Com o surgimento das classes sociais a diferença se estabelece na posição dos homens na relação de produção.

Sobre esse processo de desenvolvimento do ser social e de sua vida, Lukács (2013) fez a seguinte assertiva

o agir finalisticamente necessário, sua correta preparação no pensamento e sua execução podem dar origem continuamente a formas superiores de práxis que se misturam com falsas representações acerca de coisas que não existem e são tidas como verdadeiras e como fundamentos últimos. Isso mostra que a consciência relativa às tarefas, ao mundo, ao próprio sujeito, brota da reprodução da própria existência (e, junto com esta daquela do ser do gênero), como instrumento indispensável de tal reprodução. Essa consciência se torna ineliminavelmente, embora através de muitas mediações, em última análise, um instrumento da reprodução do próprio homem (LUKÁCS, 2013, p.87).

Neste sentido, na medida em que o homem vai desenvolvendo seu modo de produção, ou seja, sua economia, que sempre vai esta atrelada há uma determinada etapa do desenvolvimento das forças produtivas. Se pensarmos no primórdio de nossa história, quando o homem passa a ter a pose da terra, definindo com isto, as diferenças econômicas e sociais, as relações de produção, são profundamente alteradas. Estamos diante de relações que se estabelece pela diferença no processo produtivo. Cada vez mais os homens começam a se afastar das barreiras naturais, e o foco do trabalho passa a ser o ato de influenciar a

consciência de outros homens, para que os mesmos realizem o que se espera que ele realize na posição social que ele ocupa.

Ainda sobre essa questão Lukács (2013) afirmou que

em nossas considerações anteriores que a diferença decisiva entre as alternativas originárias no trabalho apenas orientado para o valor de uso e no trabalho em um nível mais elevado se baseiam, acima de tudo, em que o primeiro contém os pores teleológicos que transformam a própria natureza, ao passo que no segundo o fim é, em primeira linha, a influência sobre a consciência de outros homens, a fim de induzi-los aos pores teleológicos desejados (LUKÁCS, 2013,p.118).

No processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, o homem vai se afastando das barreiras naturais, tornando-se cada vez mais social, é neste instante que o trabalho, passa a não ter como foco a transformação da natureza, mais sim a consciência dos outros homens. Essa relação agora não se constitui pela igualdade como nas sociedades primitivas, mais se dar agora em relações sociais, marcadas pelas diferenças de posição na produção que um homem ou um agrupamento de homens, tem em relação as outros homens que estão na posição de não detentores dos meios de produção. Para tanto a classe dominante vai criar as instâncias para, regular e proteger sua condição econômica, tais como o Estado e todo seu aparato jurídico-político.

Sobre a forma como a sociedade se organiza Marx (2013) afirmou que o modo de produção da vida material, ou seja, o trabalho organizado gera um processo que condiciona a vida social, política e espiritual. Neste sentido, se faz necessário entender como uma sociedade tratar o trabalho, para entender como se constitui os outros complexos que de forma direta ou indireta surgiu a parti do trabalho. Neste sentido a classe que detém o poder econômico detém também o poder espiritual, com o intuito de “garantir” sua dominação.

A funcionalidade do Estado e da Política na reprodução do capital

Partindo do pressuposto que o Estado tem sua gênese no aparecimento das classes sociais, e especificamente na classe burguesa, o papel que ele assume é de regulador e controlador da sociedade, com o objetivo central de promover e salvaguardar a propriedade privada, o trabalho explorado. Portanto, o Estado é classista, mas deve se apresentar, como guardião da sociedade como todo, estando acima das classes. Tal condição produzida ideologicamente tem o objetivo de promover a manutenção da exploração do trabalho e o

aprisionamento da classe trabalhadora. Assim segundo Engels (1990) afirma que a gênese do Estado esta diretamente relacionada ao aparecimento das classes sociais.

A partir destas questões, os conflitos de classe começam a surgir como algo antagônico e irreconciliável, visto que, passamos a ter proprietários e não proprietários. E bom lembrar que Engels (1990) nos fala que existiu sociedades que não conheceram o Estado. Portanto, o Estado não existiu desde sempre, esta atrelada a dominação de classes. Conforme Gruppi (1980, p.30) esclareceu “então o Estado é o resultado de um processo pelo qual a classe economicamente mais forte – isto é, a que detém os meios de produção decisivos nessa determinada sociedade – afirma todo o seu poder sobre a sociedade inteira; e estabelece também juridicamente esse poder, essa preponderância de caráter econômico”.

Para Marx e Engels (2010, p.54-55) “o poder estatal moderno é apenas uma comissão que administra os negócios comuns do conjunto da classe burguesa”.

Ainda sobre a questão do Estado Marx e Engels (2009, p.12) fizeram a seguinte assertiva

não são as ideias, os produtos da consciência que constituem o fundamento, a matriz da realidade social. São as relações materiais, concretas, que os homens estabelecem entre si que explicam as ideias e as instituições que eles criam. Por isso mesmo, para se ter uma compreensão adequada da realidade, não se pode nem partir nem permanecer no mundo das ideias. É preciso buscar a conexão do que elas têm com a realidade objetiva (MARX & ENGELS 2009, p.12).

Portanto, o Estado burguês é um instrumento de proteção das relações capitalistas de produção, garantindo o domínio do capital sob o trabalho, e com isso a reprodução sociometabolica. Neste sentido o Estado seria parte integrante do capital e ao mesmo tempo instrumento de defesa do mesmo. Assim podemos afirmar que o nascimento do Estado não se encontra nele mesmo, mas sim na estrutura econômica que se encontra o seu fundamento.

Portanto, conseguimos entender qual a importância que o Estado tem como lócus de reprodução sociometabolica do capital, na defesa da propriedade privada, e da legitimação do trabalho explorado.

Tendo o trabalho como a categoria fundante que esta na base da formação do Estado Lukács (2013, p.118) chamou nossa atenção sobre a práxis social “é claro que, de um lado, determinados tipos e determinadas regulamentações da práxis social que, no curso da história, chegaram a autonomizar-se são, por sua essência, simples formas de mediação e originalmente também surgiram a fim de regular melhor a reprodução social; pense-se na esfera do direito, no sentido mais amplo do termo”.

Assim a base material passa a ser o fundamento do modelo social e político de uma determinada sociedade. No caso específico da sociedade capitalista, o Estado como instrumento de dominação, é também o espaço jurídico e político da classe dominante, que busca influenciar pensamentos, ideias, consciências da classe trabalhadora. E assim busca promover uma formação de um sujeito dentro dos limites do capital, retardando o aparecimento de uma consciência crítica por parte da classe dominada.

Para Mascaró (2013, p.19) “o Estado não é um poder neutro e a princípio indiferente que foi acoplado por acaso à exploração empreendida pelos burgueses. O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista; essas relações ensejam sua constituição ou sua formação. Sendo estranho a cada burguês e a cada trabalhador explorado, individualmente tomado, é, ao mesmo tempo, elemento necessário de sua constituição e da reprodução de suas relações sociais”.

O citado autor chama nossa atenção para a forma como o Estado aparece na sociedade do capital, como uma entidade que está sob as classes sociais, sendo neutra, tal condição ideológica sobre o Estado é a chave da reprodução do capital. Mascaró (2013, p.18) afirmou que “o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho”.

Neste sentido, o Estado e as políticas públicas, entre elas a educacional, está inserida na lógica da dominação e da exploração da classe burguesa sob a classe trabalhadora. Assim o Estado e a política têm como função colaborar para o processo de reprodução do capital. E especificamente a educação assume a função de coesão social, na medida em que internaliza na consciência dos sujeitos os valores dominantes. Contribuindo para a reprodução da ideologia desse tipo de sociedade. Portanto, Estado e capital não existem separadamente, e o que funda tanto o Estado como o capital, é o trabalho.

Entendo que o Estado está imbricado com a base material, que inclusive, é a base que o constitui como tal, com objetivo de promover a reprodução do capital, é que para Marx essa base material condiciona a vida humana em um dado momento histórico e a partir daí surge outras necessidades humanas Tonet (2004)

uma delas é a esfera política e do Estado, no caso da sociabilidade capitalista, integrada também pela democracia e pela cidadania. A origem desta esfera e sua natureza essencial estão ligadas à existência das classes sociais e consistem na defesa dos interesses das classes dominantes; o que significa que sejam um instrumento exclusivo das classes dominantes. Que esta defesa seja feita sob a formação da coerção e/ou do consenso tem, certamente, um grande peso na definição dos caminhos para a luta social, mas em nada altera a natureza essencial desta esfera. Daí o caráter

essencialmente negativo que a política tem para Marx (TONET, 2004, p.133).

O Estado como integrante da base material e protetor do capital vai promover no conjunto de suas ações a proteção e assegurar a separação da propriedade dos produtores, promoverem a expansão do capital, eliminar qualquer barreira local ou regional, para o expansionismo do sistema do capital do ponto de vista planetário. Para Mészáros (2006, p.69) “o papel cada vez maior assumido pelo Estado – sem o qual o sistema do capital não poderia sobreviver hoje em nossas sociedades”. Mészáros (2006) com relação ao Estado afirmou que existem três pilares que sustentaria o capital: o próprio capital o Estado e o trabalho.

Sobre essa relação dos três pilares do capital Mészáros (2006)

o Estado capitalista pode ser derrubado. Entretanto, uma vez derrubado o Estado capitalista, o problema em si não foi eliminado, porque o Estado como tal não pode ser derrubado. Eis como fala Marx de “fenecimento do Estado”, que é um conceito fundamentalmente diverso. Ademais, o mais espinhoso desses problemas concernentes à transformação revolucionária é que o trabalho como tal não poder ser “derrubado”. Pois o trabalho é a base de reprodução da sociedade. (MÉSZÁROS, 2006,79)

Neste sentido, podemos afirma que o trabalho é a categoria que funda o ser social. É pelo trabalho que o homem torna-se homem social, e a partir deste momento novas necessidades vão aparecendo, pois, o trabalho sempre traz a possibilidade de o homem produzir muito mais do efetivamente necessita. E é na produção do excedente que ocorre o surgimento das classes sociais. E o surgimento das classes sociais, passa a definir as diferenças entre os homens pela sua posição na produção. Para salvaguardar essa posição da classe dominante criar o Estado como instrumento para regular e controlar a sociedade, agora marcada pelos antagonismos de classes. Neste sentido o Estado é classista e reproduz o grande capital.

A política educacional e sua relação com reprodução do capital

Partindo do pressuposto que o trabalho é a categoria fundante do ser social, que vai promover de forma direta ou indireta o aparecimento de novos complexos. Dentre os complexos que vão surgir perante as necessidades do homem é a educação.

Neste sentido se faz necessário entendermos a origem e a natureza da educação, para compreendermos os nexos que esse complexo pode estabelecer na sociedade do capital, como um instrumento de reprodução da sociabilidade burguesa, e com isto, produzir não só uma mão de obra com o perfil para atender as necessidades do mercado, além de ser um processo

de internalização de valores, que colaboram de forma direta para a constituição de um processo de influência ou induzir consciências sobre consciência.

Do ponto de vista ontológico a educação seria segundo Tonet (2005)

aqui chegados, podemos resumir a natureza essencial da atividade educativa: ela consiste em propiciar a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da História da humanidade. Nesse sentido, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir diante do novo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico (TONET, 2005, p.222).

Portanto, pensar a educação ontologicamente, significa em um primeiro plano entender a origem e a natureza que a educação tem como instrumento de mediação entre os homens, na apropriação do conhecimento produzido pela humanidade. Falar do ato educativo é em última instância falar que seu momento preponderante é de ordem subjetiva, sempre busca induzir um homem ou um agrupamento de homens a agir de determinada forma.

Sendo assim a educação é de fundamental importância para o processo de reprodução do ser social. Nas sociedades primitivas a reprodução social ocorria sem a distinção do trabalho e a educação. O trabalho tinha uma centralidade absoluta, tanto que no ato do próprio trabalho e pelo trabalho o homem estava em processo educativo.

Com a complexidade da práxis social, e o aparecimento de classes sociais, começou a ocorrer a separação entre o trabalho e a educação. Neste novo momento da história da humanidade, o trabalho passa a ser organizado no sentido da exploração de homens sobre outros homens. Assim, a classe dominante passando a deter as bases materiais da sociedade, passa a definir a função que a educação deverá ter na reprodução social do capital.

Segundo Tonet (2005) foi com o advento do capitalismo,

na medida em que a produção econômica, cuja mola-mestra e dinâmica é o capital, passou a ser direta e claramente o eixo de todo o processo social, que a educação passou a ocupar um lugar todo especial, porque passou a interagir cada vez mais profundamente o processo de produção. A partir de então, as classes trabalhadoras não poderiam receber apenas uma educação prática no e pelo trabalho. O próprio trabalho, agora cada vez mais complexo, exige conhecimentos e habilidades que têm de ser desenvolvidos e adquiridos fora do seu âmbito específico. Além disso, a transformação de todos os indivíduos em cidadãos e a participação numa sociedade democrática exigem, por parte de todos, a apropriação de um conjunto de elementos – ideias, conhecimentos, valores, comportamentos, habilidades, etc., – adequados para o exercício destas novas determinações (TONET, 2005, p.221).

Na medida em que a classe dominante tem em suas mãos a base material da sociedade, a educação tem como função central a promoção de uma mediação de conhecimentos, habilidades e valores dentro dos limites do capital. Nesse sentido, a educação como instrumento de reprodução da sociabilidade burguesa vai promover métodos, conteúdos, currículos, tecnologias, modalidades, programas e políticas educacionais, voltados para o desenvolvimento de competências necessárias para o trabalhador atuar no mercado.

No Brasil o termo competência ganhou fôlego a partir da década de 1990 com as reformas educacionais ocorridas no Brasil, para atender as necessidades de um capital marcado por uma crise de ordem estrutural, que entre as estratégias promovidas, além da reforma do Estado, que passa a ser mínimo para as políticas sociais. Outra estratégia do sistema foi à reestruturação produtiva do capital, visto que o taylorismo/fordismo entrou em colapso entrando em cena o toyotismo, que não passa de uma versão atualizada do fordismo. Neste sentido o termo competência tão alardeado na sociedade da crise estrutural do capital, é a formação de um “novo” trabalhador, que saiba ser polivalente, saiba trabalhar em equipe, saiba planejar suas atividades de trabalho, saiba agregar valor ao negócio, tenha uma formação acadêmica sólida, e seja comprometido com a missão da empresa, criativo e feliz, estamos diante de um “super trabalhador explorado e feliz” esse é o grande desafio da educação e das políticas educacionais na sociedade do capital.

Mais que nunca o cenário atual da sociedade capitalista, é marcado por um capitalismo monopolista, que busca se constituir em uma ordem planetária hegemônica. E que tem na ciência e no avanço tecnológico seus forte aliados.

No caso específico do Brasil as políticas educacionais, entre elas o REUNI(Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI(Programa Universidade para Todos) , FIES (Programa de Financiamento Estudantil) , ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) , ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), e o PNE (Programa Nacional de Educação) , Programa Mais Educação, as políticas de Educação a Distância, o Programa Ciência Sem Fronteira, os programas de formação docente pela nova CAPES, entre outros são políticas e programas atrelados a expansão do capital, tendo no Estado um colaborador nas dimensões fundamentais para sistema que são: produção – controle, produção – consumo, produção – circulação.

Nesse sentido o Estado se torna fundamental como instrumento para expansão e recuperação dos lucros dos monopólios, não apenas para a realização do lucro médio, mas o superlucro. Assim o Estado em parceria com o capital privado, destina o lucro aos capitalistas, um exemplo disto é o FIES, entre outras políticas instituídas pelo Estado brasileiro, com

instituições privadas de ensino superior, ou seja, é o dinheiro público utilizando para manter e expandir o ensino privado.

Porém dentro de uma sociedade marcada pelo antagonismo de classes, marcada por profundas contradições, a educação e as políticas educacionais do Estado não ocorre sem a marca das lutas de classes. Neste sentido, a educação também é marcada pela contradição, podendo ser um instrumento que pode colaborar para a promoção da sociabilidade burguesa como pode ser também um instrumento de promoção da emancipação humana.

Ainda sobre as contradições da sociedade do capital Lukács (2012) afirmou que

os homens não são indivíduos abstratos, cidadãos abstratos, átomos isolados de um todo estatal, mas são, sem exceção, homens concretos, que ocupam um lugar determinado na produção social e cujo ser social (e, com isso, seu pensamento etc.) é determinado por essa posição. A democracia pura da sociedade burguesa anula essa mediação: ela liga imediatamente o indivíduo puro e simples, o indivíduo abstrato, com a totalidade do Estado, que, nesse contexto, aparece de modo igualmente abstrato. Já por meio desse caráter formal essencial à democracia pura, a sociedade burguesa é pulverizada politicamente. O que não significa uma mera vantagem para a burguesia, mas o pressuposto decisivo de sua dominação de classe (LUKÁCS, 2012, p.82).

Portanto, uma sociedade marcada por antagonismo de classes, pelo trabalho explorado, pela propriedade privada, historicamente, não garante a possibilidade de um céu de estrelas. Até para o capital a realização de um poder planetário é de caráter impossível, por ser um sistema que produz em si às contradições, as crises, a precarização do trabalho, e a perda dos “direitos” dos trabalhadores, traz em si a possibilidade de sua própria ruptura, mas como possibilidade vai depender da escolha da humanidade.

Considerações Finais

Portanto o surgimento das políticas sociais é uma necessidade da sociedade do capitalismo, tendo o capital, o Estado e o trabalho como pilares. Partido desta perspectiva, as políticas sociais surgem em decorrência da fase do capital monopolista, que tem no Estado um instrumento imprescindível para a manutenção do capital. Assim as políticas sociais e em especial as políticas educacionais não podem ser compreendidas fora das bases materiais que as condiciona. A função do Estado é colocar à disposição do capital, toda estrutura estatal, e com isso promover o controle e a regulação da economia a serviço do capital. Assim como falou Mészáros (2007) o Estado é um dos pilares do capital, que tem no trabalho a sua gênese. Neste sentido, só acabando com o que produz o capital é que podemos acabar com o Estado, que é o trabalho assalariado. Só acabando, portanto, com o esse tipo de trabalho, é que

podemos efetivar a ruptura definitiva com o capital e tal condição só é possível pelo processo revolucionário.

Referencias

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Escala 2010.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1980.

LUKÁCS, G. **Lenin**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. & Engels, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. **Manifesto comunista**. São Paulo: Hedra, 2010.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASCARO, L. A. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

TONET, I. **Democracia ou liberdade?** Maceió: EDUFAL, 2004.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí:Ed.Unijuí, 2005.